

Ensino Superior: Não reforçar a participação na gestão democrática é um enorme risco! Veja-se o caso da transformação da UNL numa fundação

Quando o RJIES, em 2007, veio reduzir a dimensão dos órgãos de gestão das escolas e das instituições do ensino superior e concentrar o poder em órgãos unipessoais, ofendendo o princípio da colegialidade das decisões, seria de esperar uma reacção da academia tendente a procurar usar o melhor possível as instâncias que sobraram, para condicionar a deriva autoritária e mercantilista à qual a nova legislação escancarou as portas.

Vem isto a propósito da decisão tomada, no passado dia 10/10, no Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, de apresentação de uma proposta ao Governo para a sua transformação numa fundação pública com regime de direito privado. O espantoso não é que tal tenha sido aprovado, mas que o tenha sido por unanimidade.

Isso só foi possível porque, embora não fosse segredo que o reitor António Rendas iria propor essa iniciativa, o desinteresse pelas eleições do Conselho Geral levou a que a única lista que concorreu por parte dos docentes e dos investigadores fosse a oficial, construída pelos directores e pelo reitor!

Assim, o movimento que se gerou de rejeição desta iniciativa, em especial na Faculdade de Ciências e Tecnologia, cujo Conselho da Faculdade votou maioritariamente contra, não teve tradução, num voto contra que fosse, no Conselho Geral. É obra!

João Cunha Serra